



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 130

15 a 19 de janeiro de 2024



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



AGENDA LEGISLATIVA DO PLANALTO 2024

Durante o período de recesso parlamentar, o Poder Executivo prepara a pauta dos principais temas para implementação de sua agenda e que precisarão ser discutidos, durante o ano, com o Legislativo

Agenda Legislativa do Governo para 2024


O início do segundo ano de mandato dos governos, em regra, ainda é influenciado pela popularidade adquirida ao do processo eleitoral, sendo um ano marcado por ações que refletem promessas de campanha ainda muito frescas na memória do eleitor.


No ano de 2023, o governo federal manteve a média de popularidade conforme se verifica no acumulador de pesquisas de popularidade; no entanto, este fato não se traduziu na facilidade em aprovar proposições no Legislativo.


Diante deste contexto, nas discussões de prioridades para o ano de 2024, é possível verificar uma forte articulação do governo nas pautas econômicas, tendo o Ministério da Fazenda como ponto focal desta agenda, liderando até mesmo a articulação com o Congresso.

A maior parte da pauta econômica é composta por medidas necessárias para recomposição de receitas para cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Outra face da agenda do governo é composta por planos de investimentos e subvenção, buscando incentivar a reindustrialização no país.

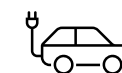
Principais pautas legislativas anunciadas como prioritárias para o governo em 2024:

 Discussão da Reforma Tributária sobre a renda
(Prazo até 20 de março para a apresentação de propostas);

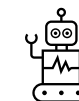
 Discussão das Leis Complementares da Reforma Tributária
(Prazo até 18 de junho);

 Depreciação acelerada para maquinários de determinados setores econômicos ;

Programa de incentivo a indústria do setor automotivo
(MOVER);



Regulamentação das ferramentas de inteligência artificial;



Regulamentação das Redes Sociais;



Principais pautas legislativas para 2024

O início do segundo ano de mandato dos governos, em regra, ainda é influenciado pela popularidade adquirida ao do processo eleitoral, sendo um ano marcado por ações que refletem promessas de campanha ainda muito frescas na memória do eleitor.

No ano de 2023, o governo federal manteve a média de popularidade conforme se verifica no acumulador de pesquisas de popularidade; no entanto, este fato não se traduziu na facilidade em aprovar proposições no Legislativo.

Diante deste contexto, nas discussões de prioridades para o ano de 2024, é possível verificar uma forte articulação do governo nas pautas econômicas, tendo o Ministério da Fazenda como ponto focal desta agenda, liderando até mesmo a articulação com o Congresso.

A maior parte da pauta econômica é composta por medidas necessárias para recomposição de receitas para cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Outra face da agenda do governo é composta por planos de investimentos e subvenção, buscando incentivar a reindustrialização no país.

Principais pautas legislativas anunciadas como prioritárias para o governo em 2024:



Discussão da **Reforma Tributária sobre a renda**
(Prazo até 20 de março para a apresentação de propostas);



Discussão das **Leis Complementares da Reforma Tributária**
(Prazo até 18 de junho);



Depreciação acelerada para **maquinários** de determinados setores econômicos ;



Programa de **incentivo a indústria** do setor automotivo (MOVER);



Regulamentação das ferramentas de **inteligência artificial**;



Regulamentação das **Redes Sociais**



Partidos e Eleições Municipais

A legislação eleitoral brasileira exige que qualquer cidadão com direitos políticos que deseje ser candidato em eleições no país deve se filiar a um partido político.

A Lei 9.096/1995, também conhecida como a Lei dos Partidos Políticos, prevê que, caso seja eleito para um cargo legislativo (vereadores e deputados), o ocupante do cargo deve respeitar normas de fidelidade partidária.

Com a reforma política de 2021, as regras de fidelidade partidária se estenderam aos cargos executivos (prefeitos, governadores, presidentes). Assim, os prefeitos eleitos em 2020 foram os últimos ocupantes de cargos do Poder Executivo eleitos sem as normas de fidelidade partidária estendidas.

























Com isso, os partidos políticos se movimentam estrategicamente no período pré-eleitoral para reforçar seu time de candidatos.

As eleições municipais são essenciais para a formação dos redutos eleitorais para partidos, deputados, senadores e governadores. Prefeitos e vereadores são importantes cabos eleitorais dos candidatos para as próximas eleições, pois são os mandatários mais próximos dos eleitores nos municípios.

O gráfico ao lado é um mapa da movimentação partidária dos prefeitos no Brasil no período pré-eleitoral:



Tabela – Mapa de movimentações pré-eleitoral de filiação de prefeitos no Brasil:

Partido	2020	2023	Varição
PSD 	660	968	308
MDB 	799	838	39
PP 	701	712	11
UB (DEM+PSL) 		564	564
PL 	348	371	23
PSDB 	531	345	-186
PSB 	259	289	30
PDT 	318	258	-60
REPUBLICANOS 	216	257	41
PT 	182	227	45
PODEMOS 	109	162	53
PRD		128	128
AVANTE 	81	124	43
SOLIDARIEDADE 	97	88	-9
CIDADANIA 	141	72	-69
PC do B 	49	40	-9
PV 	45	18	-27
PMN 	13	12	-1
NOVO 	1	4	3
REDE 	5	5	0
PSOL 	5	3	-2
PRTB 	6	2	-4
DC 	2	1	-1
PMB 	1	1	0
AGIR 	1	0	-1
Sem Filiação		76	76

Fonte: Ocepar - Getec